



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº01/2017

--ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a treze de Fevereiro de dois mil e dezassete, com a seguinte ordem de trabalhos: --

-----I Período Antes da Ordem do Dia-----

Rede de Cidades e Vilas de Excelência – Entrega da Bandeira; -----
Estudo da Rede de Ciclovias Urbanas de Vila Nova da Barquinha – Programa Base e Estudo Preliminar; -----

-----II Período Antes da Ordem do Dia-----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----
-----Ponto dois - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do nº. 2 do art.º. 25º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro; -----
-----Ponto três – Apreciação e autorização do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP. Alteração ao Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Distribuição de Eletricidade em baixa tensão aprovada pela Portaria nº454/2001, de 5 de Maio - Iluminação Pública; -----

-----Ponto quatro – Pedido de Ratificação de Declarações de Interesse Municipal, Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR 2020; -----

-----Ponto cinco – Nomeação de um novo Deputado para a constituição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

Manuel da Costa; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Ana Rita Lopes Inácio; -----

Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

João Filipe Ricardo; -----

Manuel de Oliveira. -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório. Não compareceram à sessão da Assembleia os Senhores Vereadores Rosa Maria Fernandes Garrett por se encontrar em representação da Câmara Municipal e Luís Manuel dos Santos Valente, por motivos profissionais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou os presentes que a Senhora Ana Rita Lopes Inácio vem substituir o Senhor Benjamim Reis que se encontra doente e por ser o seu substituto legal. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

-----**1º Período antes da ordem do Dia.** -----

= **Presidente da Assembleia Municipal** – “Como puderam verificar na Ordem de Trabalhos temos dois períodos antes da Ordem do Dia. No primeiro haverá a entrega da Bandeira da Rede de Cidades e Vilas de Excelência e o segundo período será a apresentação do estudo da Rede de Ciclovias Urbanas de Vila Nova da Barquinha. De seguida proceder-se-á ao período normal antes da Ordem do Dia. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o primeiro período antes da ordem do dia. -----

“Boa noite a todos, especial cumprimento ao Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, aos convidados, Senhor Dr. Pedro Silva e à Senhora Eng^a Paula Teles, bem-vindos a Vila Nova da Barquinha. Dizer-vos que em dois mil e catorze aderimos aos eixos de vila de regeneração e vitalidade urbana e à vila turística. Na sequência desse processo de adesão encetamos vários projetos de fundos comunitários, sempre em sintonia com o Instituto de Cidades e Vilas com mobilidade. Fizemos a candidatura ao PARU, à valorização do Centro de Artes Contemporânea, assunto que é recorrente nos membros da Assembleia Municipal, e do qual a Câmara tem uma parceria com o Instituto Politécnico de Tomar. Posteriormente foi executada a remodelação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posto de Turismo, a remodelação da Galeria de Santo António, projeto no âmbito do PRODER, sempre direcionado essencialmente para uma aposta que o Município quer continuar que é valorizar a arte como eixo âncora para os projetos em Vila Nova da Barquinha, apostando na qualidade de vida e no bem-estar das populações. Recentemente, aderimos à Bolsa de Reabilitação Urbana online. Foi requalificado o Castelo de Almourol, nomeadamente a sua musealização, e interpretação enquanto acesso de turistas ao próprio castelo, na explicação para estes que cada vez são mais, não só em Vila Nova da Barquinha, mas em todo o território nacional, com especial incidência no Porto de onde os nossos ilustres convidados, são naturais. Fizemos, para além disso, uma nova sinalização de toponímia, processo sempre em continuidade, nomeadamente na indicação do nosso Centro Integrado de Educação e Ciências, projeto em parceria com a universidade de Aveiro no sentido de valorizarmos a ciência enquanto sentir arte e ciência em Vila Nova da Barquinha. Hoje vai ser apresentado um novo ciclo, o da mobilidade e das ciclovias. Não podemos também esquecer os percursos ribeirinhos, desde Constância até outros territórios, como Golegã e Entroncamento, no sentido de dinamizá-lo e também de o tornar mais acolhedor no âmbito do turismo. No âmbito da comunidade intermunicipal criamos “o descubra a Barquinha”, projeto da APP mobile. Temos neste momento a decorrer o mês do Sável e da Lampreia. Infelizmente é um tema que vai ser debatido na sessão da Assembleia, a questão da poluição do rio Tejo, mas quando estamos a falar do Sável e da Lampreia, estamos a falar de peixes migratórios, peixes que vêm do mar para o rio. De fato, tem sido nestas vertentes da inovação, da mobilidade, da criatividade e arte que temos feito alguns trabalhos. Na sequência disso entendeu o instituto atribuir a respetiva bandeira de excelência.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Dr. Pedro Silva, do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, que apresentou o organismo Rede de Cidades

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Vilas de Excelência, pela qual foi atribuída a Bandeira ao Município. Pela mão do Dr. Pedro Silva foi entregue a bandeira ao Senhor Presidente da Câmara, Fernando Freire e ao Senhor Presidente da Assembleia, Rui Picciochi. -----

De seguida foi apresentado pela Senhora Eng^a Paula Teles o estudo da Rede de Ciclovias Urbanas de Vila Nova da Barquinha. A apresentação consta como anexo da ata. (vide anexo 1) -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“Muito obrigada Senhora Eng^a Paula Teles, de fato é importante também dar a conhecer o trabalho que estamos a desenvolver aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. O interesse é de todos e de fato apostar na qualidade de vida e tornar Vila Nova da Barquinha uma vila cultural e uma vila de mobilidade. Neste momento também estamos a trabalhar na rede ciclável de todo o Tejo, desde a nascente à foz. Estamos a negociar nomeadamente com a Câmara de Lisboa, um projeto que poderá ser um projeto ibérico. Um projeto que estamos dedicados de alma e coração. Obrigada pela apresentação, sempre clara e concisa, sabendo que trabalham muito bem. Bem-haja em nome do Município.” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença, assim como a apresentação efetuada de modo a clarificar os Senhores Deputados do assunto em epigrafe. -----

-----2º Período antes da ordem do Dia. -----

---ATENDIMENTO AO PÚBLICO ---

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Contudo não se registaram intervenções.

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- MOÇÕES, INTERVENÇÕES -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** apresentou uma Moção cujo tema é “em defesa do Tejo.” **(Vide anexo 2)** -----

Posta a votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Para discussão inscreveram-se os seguintes senhores deputados: ----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino** – “A maior parte das questões estão mencionadas na Moção, mas em relação à CELTEJO do qual referi na Moção quero explicar o porquê de estar mencionado esta empresa. Em relação aos principais focos de poluição, foram considerados que em Vila Velha de Rodão, haviam três entidades que geravam essa poluição, a CETROLIVA, A CELTEJO e a Zona Industrial, isto segundo relatório da comissão de acompanhamento sobre a poluição no rio Tejo. No entanto, há um problema que é especificamente relativo à CELTEJO que é a emissão da licença de afluentes. Esta empresa estava licenciada desde nove de janeiro de dois mil e quinze até nove de maio de dois mil e dezasseis e relativamente a um parâmetro de CB05, estava previsto 0,9, depois de nove de maio de dois mil e dezasseis foi emitida nova licença em que passou para 2,5, ou seja, três vezes mais, isto com base num pedido que a CELTEJO fez ao governo em que segundo o seu auto controle estava a registar o parâmetro de 2,5. Isto para dizer que esteve desde janeiro de dois mil e quinze até maio de dois mil e dezasseis num incumprimento daquilo que estava na sua licença e não foi penalizada, nem sancionada por isso, muito pelo contrário, o novo governo ainda veio alterar a licença para aquilo que a empresa tinha registado no seu auto controle. Eu percebi, segundo as declarações do Senhor Ministro, na audição da comissão parlamentar para o ambiente, que a empresa não tem condições para fazer menos. Se a empresa não tem condições para fazer menos, há duas hipóteses, ou é revisto para não haver contaminação do rio Tejo por causa deste aumento exagerado da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causa poluente que a licença permite, ou se passa ao valor anterior, que era considerado admissível, para o nível de produção de cento e vinte e uma toneladas por dia, segundo o que estava previsto na licença inicial. Na Moção não é indicado qual o procedimento que deve ser feito mas numa revisão de licença. Não se diz qual destes parâmetros se deve mexer, mas o governo deve estabelecer os níveis adequados para que a água tenha um bom estado ecológico” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “A Moção refere só o envio para o Ministro do Ambiente, mas na minha opinião deveria ser enviado para mais locais e mais pessoas, tais como a Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Primeiro-ministro e Presidente da República.” -----

Posta a votação a presente Moção esta foi aprovada por unanimidade de todos os presentes. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** apresentou uma Moção cujo tema é “transferência de competências.” (**Vide anexo 3**) -----

Posta a votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Para discussão inscreveram-se os seguintes senhores deputados: ---

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Nesta Moção há questões que estou de acordo e há outras que não estão suficientemente enquadradas. Há anos que andamos a falar de descentralização, no problema das atribuições às autarquias mas o problema de fundo, na minha perspetiva nunca é resolvido que é o planeamento nacional. A falta de planeamento do desenvolvimento a nível nacional compete ao estado, onde depois seriam integradas as próprias regiões e autarquias no desenvolvimento desse planeamento, e é isso que tem faltado e a que nós temos assistido. Como está mencionado na Moção, o aparecimento das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CIM, a distribuição das competências do poder central nas autarquias, e que depois condicionam através de determinadas legislações que são completamente disparatadas, e os senhores deputados não fazem a mínima ideia do trabalho desenvolvido por uma câmara para dar cumprimento ao que é exigido. Para mim esta Moção tem esta dualidade. Em relação ao primeiro ponto estou de acordo, o segundo é uma redundância, o terceiro não tem razão de existir no sentido dentro da lógica daquilo que argumentei e por último, em relação ao quarto ponto estamos todos de acordo, pois que sejam atribuídas verbas para as competências delegadas.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “A questão da criação das regiões administrativas é um fator indispensável e é frisado aqui, portanto não tem a ver com a questão do planeamento a nível nacional, aliás está mais que provado que mesmo com as limitações que as autarquias têm, há trabalho que é feito em cidades do interior e eles estão à vista. Eu estou em crer que a questão da criação das regiões administrativas, poderiam dar um grande salto, há quem defenda que a criação das regiões administrativas seja criar “tachos”, mas não, pois são eleitas por voto secreto, o povo é quem os elege, nós continuamos a ter a mesma opinião, não há a necessidade de haver “tachos”, que são distribuídos muitos todos os dias, portanto, isso é conversa para que as coisas não avancem, porque pode haver organismos a nível regional eleitos por sufrágio universal, e que em termos de planeamento das diversas regiões podem aproveitar muito melhor os recursos.” -----

Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

“Eu percebi a intervenção, só para reforçar a minha ideia sobre a falta de planeamento nacional e temos como exemplo o aeroporto de Beja em que se gastaram milhões e não funciona. Foi uma iniciativa local, ou seja falta de planeamento nacional.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Posta a votação a presente Moção esta foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos Senhores Deputados César Cardigos e Rui Picciochi do PS, Eduardo de Oliveira e Nuno Gomes do PPD/PSD. ---

--- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

= Intervenção da Senhora Deputada Anabela Queiroz. -----

- Circuito de manutenção pinhal Pára-quedistas - “Só queria fazer uma proposta ao Senhor Presidente e mostrar algum desagrado. Eu, há dias fui abordada por alguns residentes da Praia do Ribatejo, uns militares, outros ex-militares, praticantes de desporto, outros ex-praticantes que me disseram que em tempos havia um circuito de manutenção no pinhal dos paraquedistas o qual agora está totalmente destruído. O que me pediram, era se intercedia junto da Câmara Municipal para que se estabelecesse uma pareceria entre a Câmara e a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo de modo a criar a possibilidade desse circuito, visto que não seria dispendioso reactivá-lo novamente. Segundo informações a planta do circuito está disponível na área da educação física nos Paraquedistas. Gostaria de saber se há a possibilidade do Senhor Presidente entrar em contato com os paraquedistas de modo a saber a viabilidade da reabertura do circuito. -----

- Epidemia de gatos na Praia do Ribatejo - O desagrado é uma epidemia de gatos que andam na Praia do Ribatejo principalmente em três ruas, Rua Comendador Manuel Vieira da Cruz, Rua da Alcaçaria e Rua da Galiana. São gatos sem dono. Eu moradora na Rua da Alcaçaria não posso ter janelas abertas que a qualquer momentos tenho gatos dentro de casa, tudo isto, devido a um terreno baldio que tem dono, mas que se tornou numa autêntica maternidade. Existe também outra casa abandonada na rua Comendador Manuel Vieira da Cruz, R/C e primeiro andar, que não direi centenas, mas sim dezenas de gatos que ali se encontram. Na Rua da Galiana, há uma senhora que alimenta os gatos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não é proprietária dos mesmos, e são muitos os que ali se juntam, e na qual os moradores também não podem ter as janelas abertas.” -----

= **O Senhor Deputado João Filipe Ricardo** leu uma intervenção cujo tema é “O Tejo e Almaraz” (**vide anexo 4**). -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

- **ZIF (Zona de Intervenção Florestal)** - “Acerca de um ano a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o pedido de autorização para a criação ou entrada do próprio concelho numa ZIF. Aproxima-se rapidamente o verão, gostaria de saber em que ponto de situação se encontra. Há anos atrás, alguns proprietários do concelho foram afetados e ainda hoje não sei se já foram todos ressarcidos dos prejuízos que tiveram. -----

- **Estacionamento Táxi Moita do Norte** – Também gostaria de saber, pois há mais de um ano coloquei aqui a questão do estacionamento de táxi na Moita do Norte. É um lugar que é reconhecido por todos que não é utilizado por táxi algum, mas está identificado e cria problemas com a Guarda Nacional Republicana, quando alguém aí estaciona. -----

- **Custo para a Câmara pela empresa Ciclovias** – Gostei da apresentação que foi feita no início da sessão e permita-me lembrar que há muitos anos a Barquinha até adquiriu umas bicicletas para que todos pudessem utilizar. Eu nunca tinha ouvido falar desta empresa, deve ser uma empresa muito recente. Gostaria de saber se esta apresentação deste trabalho, que certamente vai ser pago, qual o custo para o Município.” --

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os senhores deputados do seguinte: -----

- **Circuito de manutenção pinhal Pára-quedistas** – “Em relação ao circuito militar dos paraquedistas, estamos a falar em território estritamente militar, mas o Presidente da Câmara, devido às excelentes relações institucionais, fará chegar o pedido ao Senhor Comandante. O consentimento terá sempre de ser do Senhor Comandante do Comando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Regimento de Paraquedistas, Coronel Hilário Peixeiro. Mas, no entanto farei chegar esta sensibilidade da ilustre deputada sobre esta temática e dentro em breve esperamos ter alguma novidade. -----

Epidemia de gatos na Praia do Ribatejo – Em relação aos gatos, tomei nota, é um assunto da competência do Canil/Gatil de Torres Novas em coordenação com o Vereador Ricardo Honório, ao qual lhe foi atribuído o pelouro. Darei instruções para que sejam apanhados, mas temos de ter em conta que muitas vezes os gatos têm dono. É uma questão complexa, pois só aparecem os donos quando estes são maltratados, fora isso ninguém reconhece os animais como seus. -----

- ZIF (Zona de Intervenção Florestal) – Quanto às ZIF, esta de fato foi aprovada em sessão da Assembleia Municipal. Por parte do Município o trabalho está feito, nomeadamente a publicação de editais, mas a competência neste momento está no Instituto de Conservação da Natureza, a quem cabe fazer a respetiva limitação das ZIF's. Dizer que o Município não fez o trabalho todo, foi muito mais além, fez o trabalho abrangendo a própria ZIF e adiantamos muito mais que ICNF, pedindo apoio aos militares para que fizessem parte, da qual o Chefe de Estado-Maior do Exército deu autorização para a sua integração na ZIF, ou seja, por parte do Município o trabalho está feito. Solicitamos também ao Ministério da Defesa a devida autorização, a qual foi concedida. -----

- Estacionamento Táxi Moita do Norte – Quanto à questão do Táxi há uma concessão, se a Câmara revogar a concessão corremos o risco de um pedido de indemnização, e será mais um processo em Tribunal. -----

- Custo para a Câmara pela empresa Ciclovias – Em relação aos custos do processo, está tudo na internet. O Presidente de Câmara colocou na primeira página do Portal do Município todos os dados. Estão lá todos os contratos celebrados com todas as entidades, onde está também este contrato celebrado, contrato 9/2016, entre o Município e a Sociedade de quotas, Mobilidade e Planeamento do Território, Lda, para elaboração de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estudo das Ciclovias de Vila Nova da Barquinha. Esta empresa trabalha de norte a sul do país, é uma excelente empresa do que é público e notório e de facto são nossos conselheiros como comprovamos com esta abrangência, este conhecimento de causa. Temos de recorrer aos melhores para termos projetos válidos. Se recorrermos aos melhores, se tivermos fundos comunitários, provavelmente teremos uma vila com mais qualidade, com mais sustentabilidade. Embora tenha que ir muitas vezes ao Porto para reuniões de trabalho, faço com muito agrado, nomeadamente para melhoramento da mobilidade e da preparação para a década seguinte.” -----

-----**EXPEDIENTE** ----- **(Vide anexo 5)** -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número cinco, da reunião realizada a dezasseis de Dezembro de dois mil e dezasseis, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

O Senhor **Deputado Eduardo de Oliveira** solicitou a alteração na ata, do nome José Salvado para o seu nome nas presenças. -----

Submetida à votação o projeto de ata, com alteração, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Municipal Rita Inácio e João Gralha do PS, por não estarem presentes na sessão e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira do PPD/PSD, João Filipe Ricardo da CDU e Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

-----**///**-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 6) --

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.-----

- **Processo Judicial 18** - “Em relação ao processo número dezoito, em que o réu é o Senhor Boaventura Álvaro Ferreira da Costa, gostaria de saber do que consta a dívida, uma vez que no expediente existe uma carta deste senhor a reclamar a dívida. -----

- **Processo 17** – Como não sou da área de direito, solicito que o Senhor Presidente me esclareça este processo. Eu percebi que o réu é o Município de Vila Nova da Barquinha e que o autor requer a desistência da instância. O Município solicita a não desistência e o pedido é deferido pelo Tribunal de Leiria. Qual a razão? -----

- **Suinicultura** – Em relação à Suinicultura não sei se há desenvolvimento porque continuamos a ter os maus cheiros, mesmo sendo inverno. Não sei se tem havido fiscalização, ou se está tudo parado. Qual o ponto de situação? -----

- **Ex-Base Aérea 3** – A minha última questão tem a ver com a utilização ou não da ex-base aérea pela Força Aérea. Eu já ouvi várias versões, não sei se o Senhor Presidente tem alguma notícia mais atualizada. Já me disseram de fontes fidedignas que ia haver uma boa notícia para o concelho, mas uma outra fonte fidedigna disse-me de fonte segura que só para recuperar as pistas e o OLS são necessários treze milhões de euros, segundo estudo que está feito, por isso ser completamente impossível, termos outra vez, aqui a base aérea n.º 3.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----

= Processo 18 – “Foi publicado hoje o aviso de concessão do Bar/Esplanada do Cais Dr. Pombeiro, tem a ver com o incumprimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por parte do Senhor Boaventura. A Câmara alega esses valores, em contrapartida o Senhor Boaventura, refere que fez um investimento na esplanada, ou seja, foi para processo contencioso no mês de dezembro e esperamos o desenvolvimento deste processo. Embora diga no próprio contrato que todas as benfeitorias necessárias feitas no imóvel são propriedade do Município. É um processo que vai entrar em contencioso até para salvaguarda do próprio Município. -----

= **Processo 17** – O autor em termos jurídicos cometeu um erro, ou seja, o processo não é este, e no meio do processo verificou que tinha cometido o erro e queria a desistência do processo, mas para a desistência o réu, neste caso o Município de Vila Nova da Barquinha, tem que concordar com a desistência do processo. Objetivamente como o processo está a correr em nosso favor, muito mal seria se o Presidente da Câmara aceitasse a desistência do processo. -----

= **Suinicultura** – A questão da suinicultura faz parte do relatório da inspeção do IGAMOT, das possíveis fontes poluídas do Tejo. Como sabem, no mês passado, foi pelo Senhor Ministro do Ambiente, Secretário de Estado e pela APA apresentado em Abrantes, nomeadamente o número de anos suscetíveis de fiscalização onde o Município indicou um das fontes poluidoras no nosso concelho, a suinicultura. Como já foi dito, isto não é um processo fácil, é um processo que nos ultrapassa, e reforço, isto é um processo da Administração Central. A única coisa que há em incumprimento, e tenho muitas dúvidas, é que se parmos a suinicultura quem é que responde pela indemnização cível, que eventualmente o lesado possa vir a pedir. -----

= **Ex-Base Aérea nº3** – Esta é uma questão complexa, na segunda-feira estive com o Secretário de Estado da Defesa e com o Senhor Ministro e isto não é uma questão fácil, pois tem a ver com dois pressupostos. A Base aérea nº6, como vocês sabem tem uma elevada procura e durante este ano de 2017, estão previstos sessenta e quatro novas rotas para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço continental, para além do número exponencial do aumento de tráfego de low cost. Face ao processo de desenvolvimento turístico de Portugal. Há uma forte aposta nomeadamente nesta área, aliás, quem está atento nestas coisas deve ter visto a reportagem onde o presidente da Rain Air dizia «libertem o Montijo que ponho tudo só para low cost.» É evidente que isto vai conflitar num curto prazo com a chamada coexistência do espaço aéreo, ou seja, não pode haver a parte operacional da Força Aérea com a parte civil desde que o limite segundo os estudos técnicos tenham aeronaves a sobrevoar ou igual a doze durante uma hora. Assim, não há condições operacionais para a Força Aérea voar, nomeadamente os C230 e os C295. O Ministro pediu à Força Aérea, um estudo de coexistência muito breve constituído por um grupo, o Ministério da Defesa, Força Aérea para a bivalência entre a base aérea do Montijo ser civil e militar. O Governo na semana passada, indicou que toda a Portela mais um se desloque para o Montijo, embora haja alguns problemas de âmbito ambiental para resolver, e será com base neste estudo e na oferta que aquilo que eu tenho conhecimento, vai ser muito complicado para a Força Aérea num curto prazo sair do Montijo, é completamente insustentável que isso aconteça. O valor que o Senhor Deputado mencionou está muito longe disso, posso dizer que a recuperação da pista importa segundo os últimos dados, três a quatro milhões, mas o problema não está aí, mas sim na criação de infraestruturas para receber os C130 e os C295, nomeadamente os hangares que são necessários para a instalação dessas aeronaves, uma vez que os que temos estavam preparados para outro tipo de aeronaves que não estas. Posso dizer, que há quinze dias houve um grupo de trabalho que se deslocou à Base Aérea nº 3 para verificarem in loco a possibilidade de instalação de hangares e mais não posso dizer sobre esta temática. Alertar para uma questão que alguém tentou introduzir ruído na questão do aeroporto civil em Tancos, eu fui determinante sobre essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temática, a Força Aérea só vem para Tancos se não houver esta coexistência de espaço aéreo e espaço civil. Esta questão nunca se colocou e neste momento por parte do Governo a questão que se coloca é ou não a coexistência no Montijo ou não, sendo a opção Tancos.- Também diligenciei junto do Chefe de Estado-maior do Exército e tenho um ofício que posso facultar aos Senhores Deputados, onde o Chefe de Estado-maior do Exército me disse que faz sempre parte da solução e não do problema, ou seja, significa que tudo indicia que se a opção da Força Aérea da deslocalização para Tancos não haverá qualquer impedimento por parte do Exército Português.” -----

Ponto três – Apreciação e autorização do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP. Alteração ao Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão de Distribuição de Eletricidade em baixa tensão aprovada pela Portaria n.º. 454/2001, de 5 de Maio – Iluminação Pública. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor assunto em epígrafe. -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – “No seguimento do protocolo da ANMP com a EDP, este ponto tem somente a ver com o Anexo 1 do contrato, ou seja, estamos a falar da distribuição de energia em baixa tensão. O protocolo só produz efeitos após deliberação desta assembleia que é competente para tal, e considerando que também através da respetiva alteração ficam estabelecidos as condições de revisão dos equipamentos de iluminação pública passando para Led, material tipo corrente a aplicar pela EDP. ” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se o Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Gostaria que me explicasse e não estou a ver nenhum problema com isto. Eu li o protocolo mas como não estou muito bem dentro do assunto, suponho que seja uma coisa boa e que beneficie o Município. Será que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderá beneficiar também os Municípes?” -----

O Senhor Deputado teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte:-----

“O protocolo não é alterado, mantêm-se em vigência, o que é alterado é o anexo 1, que tem a ver com as características das luminárias que antigamente eram de mercúrio e agora são led. Tem a ver com as novas tecnologias com a passagem de iluminarias de sódio e mercúrio para aquelas que são recomendadas e que são financiadas no âmbito da eficiência energética. Como sabem há um pagamento participado, um custo pelo munícipe e um custo pela autarquia, se optarmos pela iluminação em Led. É isto, que vem aqui, essencialmente, uma atualização.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara referente, à apreciação e autorização do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP. Alteração ao Anexo I ao Contrato Tipo de Concessão de Distribuição de Eletricidade em baixa tensão, esta foi aprovada por unanimidade com dezoito votos dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo da CDU Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Pedido de Ratificação de Declarações de Interesse Municipal, Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR 2020. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar esta matéria. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Este ponto vem na sequência da última assembleia em que entendemos como interesse municipal os projetos no âmbito da candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente. O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local funciona mesmo, aliás quem viu a minha informação e quem tem curiosidade verificou que só o município de Vila Nova da Barquinha apresentou tantas candidaturas como os restantes concelhos, o que significa que as pessoas estão esclarecidas, as pessoas vêm ao local, há informação. Houve a primeira fase de concurso, houve cinco candidaturas, por isso, quero aqui publicamente louvar o respetivo Gabinete de Apoio, porque temos que relevar aquilo que é para relevar.”

Para intervir neste ponto inscreveram os seguintes Senhores Deputados João Filipe Ricardo. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “No fundo estes projetos juntam-se aqueles que aprovamos e demos poder à Câmara para aprovar e posterior retificação à assembleia, certo?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Acho muito interessante este projeto dos caminhos de Santiago, bem como o percurso pedestre no rasto dos templários. A minha questão é os valores que vinham aqui quando foram feitas estimativas, pois foram alterados. Eu verifico que em relação ao grupo Folclórico os Pescadores de Tancos, estavam previstos seis mil euros e passou para sete mil e quinhentos euros. A Fábrica da Igreja Paroquial de Moita do Norte estavam previstos sessenta mil euros e baixou para trinta e nove mil euros e o percurso pedestre no rasto dos templários estavam previstos cem mil euros e passou para cento e vinte e oito mil euros. Qual a razão das alterações destas estimativas?” -----

Os Senhores Deputados tiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

“São projetos de âmbito privado em que a Câmara só declara o interesse municipal. Tem a ver essencialmente em que nas candidaturas há uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previsão mas depois até ao final desta têm de se fazer três orçamentos sob pena de não poder ser alterado e aquilo que é submetido na candidatura é o preço mais baixo do orçamento, é esta diferença que depois aparece. Se vocês viram o que consta na informação, na última folha, tem os valores que foram sujeitos na própria candidatura no âmbito do PDR 2020, que é a renovação das aldeias. São estes valores que se as candidaturas forem aprovadas são elegíveis. É muito importante que as candidaturas tenham sido nesta fase, significa que quem vai às primeiras candidaturas, mesmo que não seja aprovada, tem sempre a possibilidade de reforçar a dotação e ficarem seriados em overbooking e serem os primeiros noutras candidaturas.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Pedido de Ratificação de Declarações de Interesse Municipal, Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR 2020, esta foi aprovada por unanimidade com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo da CDU Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto cinco – Nomeação de um novo Deputado para a constituição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o ponto número cinco. -----

“Como sabem a Senhora Deputada Paula Duarte, solicitou a renúncia ao lugar que ocupava na CPCJ. Nesta conformidade e após conversa com o Senhor Deputado João Filipe Ricardo, informou-me que o mesmo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representaria a Senhora Deputada Paula Duarte na CPCJ.” (Vide anexo 7) -----

Deste modo, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados a substituição da Senhora Deputada Paula Duarte pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo na referida comissão. Foi aprovado por unanimidade com dezoito votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo da CDU Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou da palavra, da qual foi concedida, para informar o seguinte: -----

“Em relação à situação da Deputada Paula, a Lei permite muitas vezes, no caso dos autarcas, que faltem, que participem em reuniões, mas muitas vezes o que a Lei diz, não condiz com a realidade e há problemas com as faltas no trabalho e foi o que aconteceu com a Deputada Paula. Não foi aceite de ânimo leve pela entidade patronal as faltas como representante do Grupo Parlamentar na referida comissão. Isto pelo fato de as reuniões serem no período de dia.” -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e vinte minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Estudo da Rede de Ciclovias Urbanas para Vila Nova da Barquinha apresentado pela Senhora Eng ^a Paula Teles.
Anexo 2	Moção apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Constantino cujo tema é “Em defesa do Tejo”.
Anexo 3	Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo cujo tema é “Transferência de competências”.
Anexo 4	Intervenção lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU cujo tema é “O Tejo e Almaraz”.
Anexo 5	Lista de Expediente.
Anexo 6	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 7	Ofício enviado pela Senhora Deputada Paula Duarte, a renunciar ao mandato da CPCJ.